

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

LIVRO SEGUNDO  
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO III  
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO II  
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

**Seção II**  
**Modalidades de Lançamento**

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CAPÍTULO III  
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Seção I  
Disposições Gerais**

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

*\* Inciso V acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/01/2001.*

VI - o parcelamento.

*\* Inciso VI acrescido pela Lei Complementar nº 104, de 10/01/2001.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

**CAPÍTULO IV  
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Seção IV  
Demais Modalidades de Extinção**

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**CAPÍTULO IV  
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**Seção IV  
Demais Modalidades de Extinção**

.....

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

*Superior Tribunal de Justiça*

RECURSO ESPECIAL Nº 58.918-5/RJ (95/0001216-2)

RELATOR : O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS  
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
RECORRIDO : BEST CONSTRUTORA LTDA  
ADVOGADOS : DRs. ROBERTO NUNES E OUTROS E LUIZ FERNANDO FARIA  
MACEDO

E M E N T A

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - CONSTITUIÇÃO DO  
CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - PRAZO (CTN ART. 173).  
I - O Art. 173, I do CTN deve ser interpretado em conjunto  
com seu Art. 150, § 4º.  
II - O termo inicial da decadência prevista no Art. 173, I  
do CTN não é a data em que ocorreu o fato gerador.  
III - A decadência relativa ao direito de constituir  
crédito tributário somente ocorre depois de cinco anos,  
contados do exercício seguinte àquele em que se extinguiu o  
direito potestativo de o Estado rever e homologar o  
lançamento (CTN, Art 150, § 4º).  
IV - Se o fato gerador ocorreu em outubro de 1974, a  
decadência opera-se em 1º de janeiro de 1985.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os  
Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na  
conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por  
unanimidade, dar provimento ao recurso. Votaram com o Ministro  
Relator os Ministros Milton Luiz Pereira, César Asfor Rocha e  
Demócrito Reinaldo. Ausente, justificadamente, o Ministro Garcia  
Vieira.

Brasília, 24 de maio de 1995 (data do julgamento).

MINISTRO DEMÓCRITO REINALDO, Presidente

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS, Relator

095000120  
016213000  
005891800



HGB/damt